



A FLEXIBILIZAÇÃO DA CONFIDENCIALIDADE NAS REPRODUÇÕES HUMANAS ASSISTIDAS FRENTE AO DIREITO FUNDAMENTAL À IDENTIDADE GENÉTICA

THE FLEXIBILITY OF CONFIDENTIALITY IN ASSISTED HUMAN REPRODUCTIONS AGAINST THE FUNDAMENTAL RIGHT TO GENETIC IDENTITY

Vinícius Daniel Klitche¹

Sabrina Favero²

RESUMO

O estudo analisa a possibilidade de flexibilização do anonimato do(a) doador(a) nas reproduções humanas assistidas heterólogas frente ao direito à identidade genética. A confidencialidade do(a) doador(a) é fundamental nessa forma de reprodução, cuja utilização tem se popularizado nos últimos tempos. Há, entretanto, controvérsia se esse anonimato pode ser mitigado, sobretudo quando confrontado com o direito fundamental à identidade genética. No Brasil, embora não exista legislação específica sobre o assunto, há diversos projetos de lei em trâmite no Congresso com o escopo de regulamentar o tema. A proteção do anonimato está assentada em critério utilitarista e na sobreposição da socioafetividade, ao passo que a mitigação tutela o direito do indivíduo em conhecer sua origem biológica. A conclusão é que existe uma tendência legal, doutrinária e jurisprudencial em admitir a flexibilização quando em conflito com o direito à identidade genética. A pesquisa foi desenvolvida em três tópicos: no primeiro, analisou-se a reprodução humana assistida como um produto dos avanços tecnológicos, sociais e jurídicos; no segundo, discorreu-se sobre o direito fundamental à identidade genética e se seu conhecimento gera algum vínculo filiatório; e, por fim, analisou-se algumas situações em que o rompimento do anonimato se mostra necessário, bem como os argumentos contrários à flexibilização. A pesquisa é qualitativa teórica, amparada por literatura especializada, com análise da legislação atinente ao tema, tendo sido utilizado o método dedutivo.

Palavras-Chave: Reprodução assistida. Confidencialidade. Identidade genética.

¹Acadêmico do Curso de Direito da Universidade do Contestado (UnC). Campus Concórdia. Santa Catarina. Brasil. E-mail: viniciusklitche18@gmail.com

²Doutoranda em Direito. Possui graduação em Direito pela Universidade do Contestado (2004) e Mestrado em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2016). Atualmente é celetista da Universidade do Contestado e estatutário - Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Concórdia. Santa Catarina. Brasil. E-mail: sabrinafavero1000@gmail.com

ABSTRACT

The study analyzes the possibility of making the donor's anonymity more flexible in heterologous assisted human reproductions against the right to genetic identity. Donor confidentiality is essential in this form of reproduction, whose use has become popular in recent times. There is, however, controversy over whether this anonymity can be mitigated, especially when confronted with the fundamental right to genetic identity. In Brazil, although there is no specific legislation on the subject, there are several bills in Congress with the scope of regulating the subject. The protection of anonymity is based on utilitarian criteria and on the overlapping of socio-affectiveness, while mitigation protects the individual's right to know their biological origin. The conclusion is that there is a legal, doctrinal and jurisprudential tendency to admit flexibilization when in conflict with the right to genetic identity. The research was developed on three topics: in the first, assisted human reproduction was analyzed as a product of technological, social and legal advances; in the second, it was discussed the fundamental right to genetic identity and whether its knowledge generates any filiation link; and, finally, we analyzed some situations in which the breaking of anonymity is necessary, as well as arguments against flexibilization. The research is qualitative theoretical, supported by specialized literature, with analysis of legislation related to the subject, using the deductive method.

Keywords: Assisted reproduction. Anonymity. Genetic identity.

1 INTRODUÇÃO

Frente aos avanços da biotecnologia, especialmente no uso das técnicas de reproduções assistidas, muitos embates éticos e jurídicos vieram à tona, dentre eles o conflito existente entre a confidencialidade do(a) doador(a) de material genético nas reproduções assistidas heterólogas e o direito fundamental à identidade genética.

A problemática decorre do fato de ainda não se ter legislação estrita no Brasil que regulamente tais reproduções, de modo que está a cargo do Conselho Federal de Medicina (CFM), por meio de suas resoluções, atualmente a de nº 2.294 de 2021, instituir as diretrizes a respeito dos procedimentos e demais aspectos éticos envolvidos.

A relevância dessa temática aumenta a cada dia, haja vista o crescimento significativo das reproduções assistidas no Brasil e no mundo, seja por fatores biológicos, como as causas de esterilidade, seja por fatores sociais, os quais ampliaram o conceito de família e fomentaram a inserção de novos direitos.

Considerando a ausência de uma legislação específica a regulamentar esta espécie de reprodução humana, a questão que se analisa é se a confidencialidade

do(a) doador(a) é uma máxima absoluta ou se pode ser mitigada, sobretudo quando em conflito com direitos fundamentais. Para esse desiderato, o estudo foi dividido em três partes.

Na primeira, busca-se contextualizar historicamente a reprodução assistida e demonstrá-la como fruto da conquista de direitos individuais em detrimento dos antigos preceitos religiosos, que pregavam um conceito familiar restrito. Além disso, procura-se trazer dados atualizados acerca do aumento de tratamentos assistidos, motivos para sua realização e conceitos importantes para compreensão do problema.

Na segunda, dedica-se a apresentar o direito fundamental à identidade genética, já reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e demais tribunais brasileiros, demonstrando, inclusive, posicionamentos doutrinários atinentes à sua aplicação nas reproduções heterólogas, bem como se sua investigação pode refletir no campo dos direitos filiatórios.

Por fim, debruça-se em apresentar argumentos favoráveis e contrários à flexibilização da confidencialidade. Por um lado, procura-se demonstrar situações em que a busca pela identidade genética é necessária, quando transcende o mero interesse particular de conhecer a própria história; por outro, expõe-se os argumentos contrários, sobretudo levando-se em conta o argumento utilitarista.

A pesquisa é qualitativa teórica, amparada por literatura especializada, com análise da legislação e dados estatísticos atinentes ao tema, tendo sido utilizado o método dedutivo.

2 REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: PRODUTO CONTEMPORÂNEO DA EVOLUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL E JURÍDICA

Em 25 de julho de 1978 nasceu a primeira pessoa fecundada pelo método de fertilização *in vitro* (FIV), ou bebê de proveta. A importância desse fato histórico, tanto para a ciência médica como para a humanidade, foi tão grande que conferiu em 2010 o Prêmio Nobel de Medicina ao Professor Robert Edwards, o pesquisador responsável pelo primeiro nascimento de um bebê por FIV (SILVA; SABINO; CRUZEIRO, 2018, p. 139).

A partir de então, a reprodução humana assistida expandiu-se e trouxe luz àqueles que, acometidos por algum impedimento biológico e/ou social, possuíam o almejado sonho de se tornar pais.

Atualmente, estima-se que sejam feitos 2 milhões de ciclos de fertilização *in vitro* anualmente em todo o mundo. No Brasil, o número desses ciclos teve crescimento de 168,4% no período de 2011 a 2017, de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa (PASSOS, 2018).

Nessa toada, a Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida (SBRA) coloca o Brasil como um grande protagonista em reproduções assistidas e aponta que, em relação aos ciclos de fertilização *in vitro*, os dados de 2019 mostram a realização de 43.956 ciclos de fertilização, o que representou um crescimento de mais de 800 ciclos em relação ao ano anterior (MATOS, 2020).

Essa praticidade de concepção humana, que não pelos métodos naturais, representa uma revolução científica e tecnológica pouco imaginável até alguns anos atrás. A sua consecução nada mais é que fruto do desenvolvimento da noção do indivíduo como epicentro do mundo, detentor do direito de tomar suas próprias decisões.

A genealogia dessa visão antropocêntrica pode ser melhor compreendida a partir do período moderno, pois foi nele que o mundo adotou uma nova forma em relação aos conceitos jurídicos milenares da Idade Média, até então orientados pela percepção teológica das “verdades reveladas” assentada na heteronomia em detrimento da autonomia (MONDAINI, 2016, p. 115).

Nesse sentido, com a nova concepção ideológica do Estado, decorrente do Renascimento e do Período Moderno, a ordem jurídica fundada na origem divina cedeu espaço para um direito fundado no homem, fomentando a expansão da liberdade e dos direitos individuais (NADER, 2011, p. 172).

A razão dessa nova ordem encontra seu fundamento nos mais diversos setores da sociedade, tais como na arte, na música, na ciência e, não menos importante, na literatura, tanto que o gênio Dostoiévski (1880) bem sintetizou essa mudança de paradigma, no clássico “Os Irmãos Karamazov”:

É permitido a todo indivíduo que tenha consciência da verdade regularizar sua vida como bem entender, de acordo com os novos princípios. Neste sentido, tudo lhe é permitido. Mais ainda: mesmo se essa época nunca deva

chegar, como Deus e a imortalidade não existem, é permitido ao homem novo tornar-se um homem-deus, seja ele o único no mundo a viver assim. Poderia doravante, de coração leve, libertar-se das regras da moral tradicional, às quais estava o homem sujeito como um escravo (DOSTOIÉVSKI, 1970, p. 664).

Apesar desse desencadeamento histórico ter colocado o indivíduo em posição de epicentro no cenário jurídico, a ponto de se possibilitar a tomada de decisões as quais por séculos foram vedadas, inclusive sob a ótica “supraterrena” do pecado, é inegável que os resquícios medievais se perpetuaram ao longo da história, ainda que em menor grau.

De modo exemplificativo, Moraes (2016, p. 500) remete às regras morais das primeiras décadas do século XX, as quais eram ditadas especialmente pela Igreja Católica, que empunhava seus preceitos por meio de escolas e púlpitos, pregando casamentos indissolúveis e prole numerosa. Além disso, a moral cristã estigmatizava as mulheres que se separavam do marido e condenava todos os atos sexuais desvinculados de fins exclusivamente reprodutivos.

No Brasil, esse viés patriarcal e machista influenciou na redação do Código Civil de 1916 em inúmeros dispositivos, com ênfase na seara familiar, pois legitimava como família somente aquela decorrente do casamento e os filhos como os resultantes do matrimônio, não contemplando os modernos princípios da pluralidade das entidades familiares, tampouco a igualdade substancial entre os filhos (FARIAS; BRAGA NETTO; ROSENVALD, 2019, p. 1694-1706).

Especificamente no que toca às reproduções assistidas, enfatiza Madaleno (2021, p. 587) que a Igreja Católica, até hoje, não as aceita, inclusive condena frontalmente quaisquer meios de fecundação antinaturais e incentiva a comunidade política a não legalizar a doação de gametas, em respeito à unidade do matrimônio e à fidelidade conjugal.

Essa visão tradicional religiosa, consoante Farias, Braga Netto e Rosenvald (2019, p. 1698-1699), vai de encontro ao atual sistema jurídico, especialmente à Constituição Federal de 1988, a qual garante um espírito fraterno e inclusivo ao tutelar a família, tendo como alicerce fundamental o alcance da felicidade de seus membros (família eudemonista).

Paralelamente a esse avanço sociojurídico, os campos da medicina também ampliaram seus horizontes a ponto de influir significativamente nos ares do direito,

como é o caso das técnicas de reproduções humanas assistidas, as quais, apesar de ainda não ter legislação estrita dispondo acerca de seus procedimentos, já recebe atenção parlamentar e toma espaços doutrinários.

Segundo Dias (2021, p. 191), o desenvolvimento dessas modernas técnicas de reprodução ensejou na chamada “desbiologização da parentalidade”, impondo o reconhecimento de outros vínculos de parentesco, ampliando o conceito de família. Como exemplo, a denominada “família ectogenética”, ou seja, aquela com filhos decorrentes das técnicas de reprodução assistida (PEREIRA, 2021, p. 78).

No tocante à finalidade, essas técnicas de reprodução humana são utilizadas quando um casal ou uma pessoa solteira deseja realizar o projeto parental, contudo não conseguem pelos meios normais da relação sexual (seja por impotência, escassez de espermatozóide, falta de ovulação, óbices em manter o embrião no útero ou ausência de um parceiro) (MORAES, 2019, p. 66).

Insta ressaltar que o crescimento na realização de tratamentos assistidos não surge à toa, mas sim por influência de diversos fatores, especialmente biológicos e sociais.

Em relação aos fatores biológicos, ou seja, as causas de esterilidade, explica Alvarenga (2017) que, além dos impedimentos genéticos, algumas causas ganham maior destaque, tais como a obesidade, o tabagismo e o álcool. No mesmo sentido, as substâncias químicas, presentes em pequena quantidade em pesticidas, solventes e recipientes de plástico, bem como o uso de telefones celulares, em razão do efeito das suas ondas eletromagnéticas, também têm aumentado as preocupações em relação à esterilidade (SILVEIRA, 2018).

Desse modo, percebe-se que hábitos corriqueiros da sociedade moderna se enquadram como principais razões para a esterilidade, podendo-se inferir que as reproduções assistidas tendem a ser cada dia mais procuradas na medida em que se aumenta o uso de certos alimentos, substâncias e até mesmo aparelhos tecnológicos.

Já quanto aos fatores sociais, é possível analisar o aumento dos tratamentos assistidos a partir da expansão feminina no mercado de trabalho, das produções independentes e do reconhecimento igualitário dos casais homoafetivos.

Sob o aspecto da expansão feminina no mercado de trabalho, dados divulgados em 2019 pela Rede Latino-Americana de Reprodução Assistida (REDLARA) mostram uma mudança no perfil dos pacientes que visam realizar

tratamentos assistidos. No ano 2000, 50% dos tratamentos eram realizados por mulheres com idade abaixo de 34 anos. Em 2016, o percentual caiu para 28%. Nesse mesmo período, a demanda pelo tratamento duplicou entre as mulheres acima de 40 anos. Portanto, o fato desse tratamento ser cada vez mais frequente em mulheres mais maduras ocorre para evitar obstáculos à permanência no mercado de trabalho, aumentando assim as reproduções assistidas frente à idade avançada para reprodução natural (MATOS, 2019).

No que tange ao aspecto das reproduções independentes, ou seja, nas situações em que uma pessoa pretende obter um filho sem a participação de um parceiro, os motivos para tanto são variados, contudo, é importante frisar que já é reconhecida tal possibilidade, conforme Resolução nº 2.294 de 2021, “II”, 1, do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Além dessa previsão, é pacífico na doutrina o reconhecimento das famílias monoparentais, as quais são constituídas pelo vínculo existente entre um dos genitores com seus filhos (TARTUCE, 2020, p. 43).

A própria Constituição Federal de 1988, em seu Art. 226, § 4º, já adere a esse tratamento isonômico: “entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”.

Em relação ao aspecto referente aos casais homoafetivos, é cada vez mais comum homossexuais fazerem uso das técnicas de reprodução assistida. Nessa hipótese, mais uma pessoa participa do processo procriativo, seja fornecendo material genético, seja cedendo o útero, na gestação por substituição, popularmente conhecida como “barriga de aluguel” (DIAS, 2021, p. 230).

Conclui-se, portanto, que a reprodução humana assistida é um fenômeno histórico, fruto do ideal libertário, da mudança comportamental e do desenvolvimento científico, tendente a aumentar cada dia mais e sempre repercutindo na seara jurídica.

Para melhor compreensão do objeto deste trabalho, importante compreender que as principais modalidades de tratamento de reprodução humana assistida são a inseminação intrauterina (IIU) e a fertilização *in vitro* (FIV), sendo que ambas podem ser realizadas pelas técnicas homólogas e heterólogas (COELHO, 2020).

A técnica de reprodução assistida homóloga ocorre com o uso dos gametas do próprio casal, sem a participação de pessoa alheia, já a heteróloga se dá quando se

utiliza os gametas de um doador, seja de homem (espermatozoides) ou de mulher (óvulos) (COELHO, 2020).

Nas reproduções heterólogas, a pessoa que doa o material genético, obrigatoriamente de forma gratuita, e o respectivo receptor são protegidos pelo manto do anonimato, ou seja, suas identidades não devem ser reveladas (Resolução 2.294/21, “IV”, 4, do Conselho Federal de Medicina).

A confidencialidade é um pilar nas doações de gametas no Brasil, a fim de que se realize os tratamentos de reproduções assistidas sem publicizar a identidade do respectivo doador ao receptor e vice-versa, até porque a garantia do anonimato na doação de espermatozoides e óvulo é condição indispensável para estimular as doações (COELHO, 2020).

Lembra Maluf (2020, p. 235), contudo, que esse sigilo existente nas doações heterólogas pode em algum momento acarretar na pessoa nascida pelo tratamento assistido o interesse em conhecer sua ancestralidade, seja por motivos particulares, seja por necessidade médica.

Dessa situação, ascende o conflito entre o direito fundamental à identidade genética e o direito ao anonimato do do(a) doador(a) de gametas.

3 O DIREITO FUNDAMENTAL À IDENTIDADE GENÉTICA

O interesse pelo conhecimento da ascendência genética é uma característica inerente a todo ser humano, o qual busca sempre comparar a origem de suas características físicas e comportamentais às de seus ascendentes e demais parentes. (ARAÚJO; NETO, 2015).

Em certas ocasiões, no entanto, algumas pessoas encontram barreiras para conhecer suas origens biológicas, como é o caso daquelas, fruto de adoção, de reproduções assistidas heterólogas ou de outras circunstâncias que tornem desconhecidos seus ancestrais. É nesse cenário que surge o denominado direito à identidade genética (ARAÚJO; NETO, 2015).

Segundo Sparemberger e Thiesen (2010, p. 55): “o direito à identidade genética é compreendido em uma dimensão de individualidade que torna cada pessoa uma realidade singular, tem suas bases na memória familiar dos antepassados, vinculando-se ao direito à historicidade pessoal”.

Além disso, a identidade genética pode ser visualizada sob um enfoque abstrato, ou seja, como corolário do direito à dignidade humana, e sob um enfoque concreto, que é o direito a ter direito de investigar e conhecer a sua ascendência, sua origem histórica e sua identidade (SPAREMBERGER; THIESEN, 2010, p. 59).

No direito alienígena, a Constituição Federal Portuguesa já adere ao direito do ser humano em saber a sua origem biológica, conforme reconhecido nos artigos 25 e 26 que consagram esse direito como um direito fundamental da pessoa (MALUF, 2020, p. 234).

No Brasil, por outro lado, o direito à identidade genética não está catalogado de forma expressa no texto constitucional, porém encontra alguns respaldos legais, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990) que assim dispõe em seu artigo 48: “O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos”, bem como nas fontes secundárias do direito.

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 363.889/DF, reconheceu o direito identidade genética, inclusive com *status* fundamental, ao flexibilizar a coisa julgada de ação de investigação de paternidade que não teve exame de DNA realizado.

EMENTA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE DECLARADA EXTINTA, COM FUNDAMENTO EM COISA JULGADA, EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE ANTERIOR DEMANDA EM QUE NÃO FOI POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DE EXAME DE DNA, POR SER O AUTOR BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA E POR NÃO TER O ESTADO PROVIDENCIADO A SUA REALIZAÇÃO. REPROPOSITURA DA AÇÃO. POSSIBILIDADE, EM RESPEITO À PREVALÊNCIA DO DIREITO FUNDAMENTAL À BUSCA DA IDENTIDADE GENÉTICA DO SER, COMO EMANAÇÃO DE SEU DIREITO DE PERSONALIDADE. 1. É dotada de repercussão geral a matéria atinente à possibilidade da repositura de ação de investigação de paternidade, quando anterior demanda idêntica, entre as mesmas partes, foi julgada improcedente, por falta de provas, em razão da parte interessada não dispor de condições econômicas para realizar o exame de DNA e o Estado não ter custeado a produção dessa prova. 2. Deve ser relativizada a coisa julgada estabelecida em ações de investigação de paternidade em que não foi possível determinar-se a efetiva existência de vínculo genético a unir as partes, em decorrência da não realização do exame de DNA, meio de prova que pode fornecer segurança quase absoluta quanto à existência de tal vínculo. 3. *Não devem ser impostos óbices de natureza processual ao exercício do direito fundamental à busca da identidade genética, como natural*

emanação do direito de personalidade de um ser, de forma a tornar-se igualmente efetivo o direito à igualdade entre os filhos, inclusive de qualificações, bem assim o princípio da paternidade responsável. 4. Hipótese em que não há disputa de paternidade de cunho biológico, em confronto com outra, de cunho afetivo. Busca-se o reconhecimento de paternidade com relação a pessoa identificada. 5. Recursos extraordinários conhecidos e providos (BRASIL, 2011).

No mesmo sentido, a Corte Cidadã, no Recurso Especial 807.849/RJ, em 2010, também conferiu o reconhecimento à identidade genética de neto que objetivava declarar relação avoenga.

DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO AVOENGA. BUSCA DA ANCESTRALIDADE. DIREITO PERSONALÍSSIMO DOS NETOS. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. LEGITIMIDADE ATIVA E POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. PECULIARIDADE. MÃE DOS PRETENSOS NETOS QUE TAMBÉM POSTULA SEU DIREITO DE MEAÇÃO DOS BENS QUE SUPOSTAMENTE SERIAM HERDADOS PELO MARIDO FALECIDO, PORQUANTO PRÉ-MORTO O AVÔ.

- Os direitos da personalidade, entre eles o direito ao nome e ao conhecimento da origem genética são inalienáveis, vitalícios, intransmissíveis, extrapatrimoniais, irrenunciáveis, imprescritíveis e oponíveis erga omnes.

- Os netos, assim como os filhos, possuem direito de agir, próprio e personalíssimo, de pleitear declaratória de relação de parentesco em face do avô, ou dos herdeiros se pré-morto aquele, porque *o direito ao nome, à identidade e à origem genética estão intimamente ligados ao conceito de dignidade da pessoa humana.*

- O direito à busca da ancestralidade é personalíssimo e, dessa forma, possui tutela jurídica integral e especial, nos moldes dos arts. 5º e 226, da CF/88. (...). Recurso especial provido (BRASIL, 2010).

No plano doutrinário e precisamente às reproduções assistidas, Gagliano e Pamplona Filho (2021, p. 228) corroboram ao reconhecimento do direito à identidade genética e explicam que a intenção de flexibilizar o anonimato do(a) doador(a) é apenas de conhecimento específico de quem seja o material genético, como forma de preservação de interesses superiores, sem que isso atente contra a paternidade socioafetiva. Além disso, enfatizam que buscar conhecer o vínculo biológico não se trata de um mero capricho ou curiosidade, mas, sim, o reconhecimento de um direito da personalidade de quem nasceu sem saber os verdadeiros genitores.

Também, para Farias, Braga Netto e Rosendal (2019) é admissível o rompimento do anonimato do(a) doador(a) de gametas a fim de se resguardar o direito de personalidade da pessoa gerada pelas técnicas heterólogas de reprodução assistidas.

Posicionamo-nos ao lado daqueles que entendem que o anonimato do doador de sêmen não alcança o absolutismo, comportando relativização, de modo a resguardar a personalidade do filho (enfim, a *dignidade*, vista, em especial, pelo aspecto da integridade física) (FARIAS; BRAGA NETTO; ROSENVALD, 2019, p. 1865).

Nessa marcha, leciona Dias (2021, p. 269) que a existência de filiação registral não impede a busca da identificação do vínculo biológico, por meio de ação investigatória de paternidade, não importando, inclusive, se o investigador tem pai registral, se foi adotado ou se é fruto de reprodução assistida heteróloga. A autora acrescenta ainda que em nenhuma dessas hipóteses pode ser negado o acesso à Justiça, pois não pode ser tolhido de alguém o direito de buscar a verdade genética.

Em que pese Maria Berenice Dias se valer da expressão “ação investigatória de paternidade”, ou “parentalidade”, como instrumento para descobrir o vínculo biológico, é oportuno mencionar que parcela da doutrina já reconhece a imprecisão desse termo quando se fala em reproduções assistidas heterólogas, pois, nesse caso, fala-se em “ação de investigação de origem genética”, ou “ação de investigação de ancestralidade”, haja vista a existência de causa de pedir, pedidos e efeitos jurídicos distintos.

Explicam Farias, Braga Netto e Rosenvald (2019, p. 1876) que, através da ação de investigação de parentalidade, o investigador pretende obter o reconhecimento filiatório. Isto é, constituir uma relação de parentesco apta a gerar todos os seus efeitos pessoais (v.g., o sobrenome do pai ou mãe, o registro civil) e patrimoniais (v.g., a herança, os alimentos). Nesse tipo de ação é que se inserem os ementários supracitados, pois, em ambos os casos, buscava-se a declaração da origem genética em conjunto aos seus efeitos filiatórios.

Por outro lado, através da ação de investigação de origem genética, ou ancestralidade, a pretensão é de ver declarada sua ascendência genética, ainda que a pessoa já possua uma titulação paterna/materna estabelecida a partir de hipóteses não biológicas. Contudo, nessa situação, não se pode reconhecer quaisquer direitos decorrentes de relação de parentesco (FARIAS; BRAGA NETTO; ROSENVALD, 2019, p. 1876).

Os projetos de lei (PL's) mais recentes que tramitam na Câmara dos Deputados sobre reproduções assistidas, não destoam dessa distinção. Com efeito, o art. 48 do PL 4892/12 de autoria do ex-deputado Eleuses Paiva e do PL 115/15 de autoria do

Deputado Juscelino Filho, adotam a seguinte redação: “Nenhum vínculo de filiação será estabelecido entre o ser concebido com material genético doado e o respectivo doador, ainda que a identidade deste venha a ser revelada nas hipóteses previstas no artigo 19 deste Estatuto”.

Ademais, o Código Civil de 2002, no capítulo “da filiação”, precisamente no art. 1.597, V, presume como filho do casal aquele concebido na constância do casamento, mesmo que seja decorrente de reprodução assistida heteróloga, ou seja, se preocupa em estabelecer o vínculo filiatória ao pai ou a mãe em razão do laço socioafetivo, não biológico (BRASIL, 2002).

Diante do exposto, conclui-se que há uma inclinação doutrinária e jurisprudencial que garante o direito fundamental à identidade genética àqueles que, por algum motivo, desconhecem sua verdade biológica, ainda que sejam frutos de reprodução assistida heteróloga e que já tenham vínculo socioafetivo estabelecido. Contudo, nesse caso, eventual rompimento do anonimato do(a) doador(a) não dará azo à constituição de vínculos filiatórios e benesses decorrentes.

4 O ANONIMATO DO(A) DOADOR(A) *VERSUS* O DIREITO À IDENTIDADE GENÉTICA

Nem sempre o desejo pelo conhecimento da origem genética acontece por puro interesse particular de conhecer a própria história. Por vezes, ocorre dada alguma necessidade de intervenção médica ou até por razões de cunho moral ou religioso. Além disso, em que pese o direito à identidade genética já possuir fortes contornos na doutrina e na jurisprudência, conforme visto no capítulo anterior, ainda há posicionamentos contrários ao seu absolutismo, os quais inadmitem a flexibilização do anonimato quando o assunto é reprodução assistida.

Para tanto, vale analisar algumas situações extrapessoais que levam à necessidade de romper o anonimato, bem como os argumentos contrários ao seu rompimento.

No primeiro grupo, pode-se citar: (1) a necessidade de transplantação de medula óssea do doador de gametas à pessoa nascida pelo tratamento de reprodução assistida heteróloga portadora de doenças hematológicas, tais como leucemias, linfomas, anemias etc.; (2) a possível inconstitucionalidade dos Diagnósticos

Genéticos de Pré-Implantação - DGPI - frente a sua correlação à “ciência” eugênica e de que modo isso pode intensificar a necessidade de conhecer o doador; e (3) os riscos de incesto diante do anonimato do doador.

Noutro norte, dentre os argumentos que visam à manutenção do sigilo são: (1) a possibilidade de desestimulação da altruística medida de doação caso se resguarde o direito de conhecer o doador; e (2) o possível retrocesso à socioafetividade.

Em relação à primeira situação, um dos maiores desafios nos transplantes de medula é identificar um doador que seja 100% compatível. Prova dessa dificuldade é que os parentes próximos, como um irmão de pai e mãe, têm aproximadamente 25% de probabilidade de serem compatíveis. Fora da família, o desafio é ainda maior. Apesar de a procura poder ser realizada em registros de doadores nacionais e internacionais, a chance de encontrar uma medula compatível é de uma em cem mil (NOVIS, 2015).

Há poucos anos, começou a ser realizada em alguns países, incluindo o Brasil, uma nova técnica que amplia as possibilidades de se conseguir fazer transplantes de medula óssea em pacientes que não encontraram doadores compatíveis nesses registros. Trata-se do transplante haploidêntico, utilizado quando a compatibilidade entre o doador e o receptor é de 50% aproximadamente. Ademais, nesse tipo de transplante, o doador sempre é alguém da família, de preferência pai, mãe ou irmãos (NOVIS, 2015).

Desse modo, considerando a dificuldade em encontrar um doador compatível, o conhecimento da identidade genética a partir da flexibilização do anonimato, a depender do caso, pode ser a melhor, talvez a única, solução para salvaguardar a vida da pessoa nascida pelo tratamento assistido heterólogo acometida de doença que dependa de transplante de medula, pois poderá recorrer a um vínculo biológico que lhe ateste compatibilidade.

Aliás, bem salientam Gagliano e Pamplona Filho (2021, p. 228) que, em situações de necessidade de doação de órgãos, no exemplo acima, medula óssea, a busca por alguém compatível geneticamente pode significar a diferença entre a vida e a morte.

A segunda situação, intimamente ligada à primeira, refere-se aos Diagnósticos Genéticos de Pré-implantação (DGPI), os quais possibilitam detectar anomalias no gene de um embrião e descartá-lo se for possuidor de uma característica defeituosa.

Tais diagnósticos passaram a ser possíveis após a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF (ADI nº 3.510) ao declarar constitucional a Lei de Biossegurança (nº 11.105/05), pois os embriões *in vitro* puderam então ser utilizados para fins de pesquisas científicas, mais especificamente para o desenvolvimento de pesquisas com fins terapêuticos (RODRIGUES; LOPES, 2016, p. 128).

Esses diagnósticos, originalmente, estão associados à eugenia, a qual, a título de contexto, foi elaborada por Francis Galton (1822-1911), no final do século XIX, inspirado na obra “A Origem das Espécies” de seu primo Charles Darwin. A preocupação de Galton era com a degeneração da espécie humana e, portanto, se interessou em desenvolver uma “ciência” que impedisse esse processo a partir da técnica de cruzamentos seletivos. A ideia do cientista era de que comportamentos humanos como a preguiça, o alcoolismo, até mesmo a criminalidade, eram fatores hereditários e, desse modo, se fosse possível manter somente os fatores positivos, isso contribuiria para a evolução da raça humana (TEIXEIRA; SILVA, 2017, p. 63-65).

O problema do DGPI é que ele identifica e consequentemente incentiva somente a reprodução de embriões “saudáveis”, limitando ou excluindo a reprodução dos que possuem “anomalias”, acarretando, assim, uma espécie de discriminação genética. Situação interessante de análise são as pessoas com Síndrome de Down, pois, em que pese não mais serem consideradas como doentes, o DGPI, de certa maneira, desestimula o surgimento dessas pessoas, as quais podem muito bem se desenvolver e se adaptar ao meio social, independentemente da alteração cromossômica (RODRIGUES; LOPES, 2016, p. 129-142).

Desse modo, percebe-se que o DGPI, apesar de representar um grande avanço científico, a depender do enfoque, não se coaduna ao direito à diversidade cultural, o que leva a questionar a sua constitucionalidade. No âmbito internacional, inclusive, o uso do DGPI é vedado em alguns países, acarretando até em uma espécie de turismo reprodutivo (BAYERFSKY, 2016, p. 45).

Com base nisso, como ainda inexistente lei específica que trate dos procedimentos de reprodução assistida no Brasil, nada impede o constituinte de seguir legislação restritiva de alguns países no sentido de proibir o uso desses diagnósticos, até mesmo para prevenção de doenças, de modo que a necessidade de conhecer o(a) doador(a) tenderá a aumentar, a fim de buscar convencê-lo(a), caso haja compatibilidade, a

realizar algum procedimento médico que salvasse a vida da pessoa nascida a partir de seu gameta e que dependa de algum tipo de transplantação.

Em relação à terceira situação, ou seja, os riscos do incesto diante do anonimato do(a) doador(a), havendo total desconhecimento da origem genética, é possível que, pelas circunstâncias da vida, pessoas despertem para o amor e, conseqüentemente, descubram que são irmãos (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2021, p. 228).

Nesse sentido, conforme explica da Silva (2018, p. 56-57), a Resolução do CFM autoriza que um doador produza até 2 gerações de crianças de sexos diferentes a cada 1.000.000 de habitantes. Mesmo assim, se levar em conta que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de São Paulo possui aproximadamente 12 milhões de habitantes e que a Grande São Paulo, 21 milhões, haveria a possibilidade de existirem, respectivamente, 24 e 42 irmãos dentro de tais áreas geográficas, com o risco de se conhecerem, se apaixonarem e cometerem inconscientemente a prática do incesto.

Além disso, vale mencionar que a expansão das reproduções assistidas frente à globalização e conseqüente aumento do acesso de plataformas online de relacionamento também podem fomentar os relacionamentos de diversas pessoas consanguíneas que residem em regiões longínquas (ARAÚJO; NETO, 2015).

Sob esse aspecto, portanto, o não conhecimento da identidade genética se mostra potencialmente deletério, pois poderá originar na proliferação de diversas pessoas acometidas por alguma anomalia, sem contar os problemas psicológicos que poderão ser desenvolvidos pelos casais consanguíneos ao descobrirem futuramente seu laço parental.

Por fim, quanto aos argumentos contrários à flexibilização do anonimato, aduz Oliveira (2019, p. 81) que o sigilo é uma condição *sine qua non* para o sucesso das inseminações artificiais heterólogas, pois, quando o(a) doador(a) chega a uma clínica para doar seu material genético, este(a) descreve o desejo e a vontade de que, caso o seu material seja fecundado em terceiras pessoas, este fato não lhe atribua a paternidade/maternidade e que seja mantido o anonimato.

Desse modo, é possível analisar a manutenção do sigilo sob o prisma da filosofia utilitarista, desenvolvida pelo filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832), o qual prega que as coisas certas a serem feitas são aquelas que maximizam a utilidade

em favor da coletividade, de modo que interesses particulares, apesar de importantes, não podem se sobrepor à utilidade pública. Além disso, segundo o pensador, esse postulado deve ser seguido pelos legisladores na hora de determinar as leis, a ponto de sempre observar a utilidade da norma em favor da comunidade (SANDEL, 2017, p. 48-51).

Logo, se for levado em conta o fato de as taxas de esterilidade estarem aumentando no Brasil e conseqüentemente as reproduções assistidas serem cada vez mais necessárias, eventual legalização da flexibilização da confidencialidade poderá desestimular pessoas a doarem seus gametas por receio de serem identificadas, de modo que o interesse particular, conhecer o(a) doador(a), prejudicará a utilidade pública, possibilidade material de realizar tratamentos assistidos heterólogos.

Nesse caminho, Coelho (2020) enfatiza que eventual admissão pela jurisprudência na flexibilização do anonimato pela busca à identidade biológica, além de reduzir ainda mais o já pequeno interesse em doação de gameta, também desrespeita por completo à vontade do(a) doador(a) e aos sentimentos dos pais constantes na certidão de nascimento. No mais, segundo posicionamento do direito francês (artigo 334-9 do Código Civil) a tendência da despatrimonialização do direito de família, devido à superioridade da afetividade, inadmite-se que o filho tenha direito de investigar a paternidade biológica (MALUF, 2020, p. 234).

Percebe-se, assim, que há fortes argumentos, tanto a favor quanto contrário à flexibilização da confidencialidade do(a) doador(a) nas reproduções humanas heterólogas. Resumidamente, em prol da quebra do sigilo, o direito fundamental à identidade genética; contrariamente, o argumento utilitarista de que a mitigação acabará por reduzir significativamente o número de pessoas que se propõem a doar gametas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs-se a analisar a possibilidade de quebra do sigilo do(a) doador(a) nas reproduções assistidas heterólogas, considerando a ausência de legislação específica e os crescentes debates que gravitam em torno do assunto, especialmente os conflitos entre a confidencialidade e o direito à identidade genética.

A busca por tratamentos de reprodução assistida deve-se a diversos fatores, especialmente biológicos e sociais, sendo as principais modalidades a inseminação intrauterina (IIU) e a fertilização *in vitro* (FIV). A técnica pode utilizar gametas dos próprios interessados – a chamada reprodução homóloga, ou, também material genético de doador(a) – a denominada reprodução heteróloga. Nesta segunda, o material genético é doado obrigatoriamente de forma gratuita, sendo garantidos o anonimato de doadores e receptores, nos termos da normativa do Conselho Federal de Medicina.

Com base na pesquisa desenvolvida, compreendeu-se, num primeiro momento, que a reprodução humana assistida heteróloga, produto da evolução científica e social, repercutiu na esfera jurídica ao contribuir para a alteração de dogmas milenares, especialmente no que atine ao Direito de Família. O desenvolvimento das técnicas de reprodução assistida possibilitou, de fato, a desbiologização da parentalidade, ensejando novos vínculos de parentesco e solidificando o espírito fraterno e inclusivo ao tutelar a família como alicerce fundamental para o alcance da felicidade de seus membros.

Verificou-se, também, que, embora não de forma expressa, é reconhecido no Brasil o direito à identidade genética, elevado à categoria de fundamental, pois intrinsecamente ligado à dignidade humana. Trata-se do direito de o indivíduo conhecer sua origem genética, que pode ser assegurado judicialmente a partir da Ação de Investigação de Ancestralidade (não de Paternidade/Maternidade), que não tem o condão de gerar vínculos de filiação.

Demonstrou-se situações em que o conhecimento da origem genética justifica a quebra da confidencialidade do(a) doador(a), como a necessidade de transplantação de medula óssea, a possível inconstitucionalidade dos Diagnósticos Genéticos de Pré-implantação e os riscos de incesto.

Apesar disso, o sigilo é condição essencial das reproduções heterólogas, pois os doadores utilizam essas técnicas apoiados na certeza do anonimato de sua identidade. A confidencialidade, nesse sentido, é um argumento forte, no sentido que o interesse particular de conhecer a identidade genética não pode se sobrepor à utilidade pública da doação.

Com efeito, ao se admitir a flexibilização da confidencialidade poderá haver desestímulo da pessoas a doarem seus gametas por receio de serem identificadas,

de modo que o interesse particular, conhecer o(a) doador(a), prejudicará o interesse público, possibilidade material de realizar tratamentos assistidos heterólogos.

Ainda que assente a confidencialidade como pilar da reprodução humana heteróloga, a partir da análise da doutrina e da jurisprudência, concluiu-se que há uma tendência em permitir a flexibilização do sigilo, sem que isso gere efeitos filiatórios ou patrimoniais.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Conrado et al. **Condutas práticas em infertilidade e reprodução assistida**: homem. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

ARAÚJO, Luciana Alessandra Nunes de; NETO, Henrique Batista de Araújo. Reprodução assistida heteróloga: o anonimato do doador de gametas e o direito a identidade genética. **Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM**. 2015. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/1046/Reprodu%252525C3%252525A7%252525C3%252525A3o+assistida+heter%252525C3%252525B3loga:+o+anonimato+do+doador+de+gametas+e+o+direito+a+identidade+gen%252525C3%252525A9tica%252523_ftn1. Acesso em: 16 jul. 2021.

BAYEFSKY, Michelle J. Comparative preimplantation genetic diagnosis policy in Europe and the USA and its implications for reproductive tourism. **Reproductive Biomedicine & Society Online**, v. 3, p.41-47, dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.rbms.2017.01.001>.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina (CFM). Resolução n. 2.294/21. **Diário Oficial da União**, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cfm-n-2.294-de-27-de-maio-de-2021-325671317>. Acesso em: 21 jul.2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 07 jun.2021

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. **Lei n.10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil de 2002. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em 07 jun.2021

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.892, de 19 de dezembro de 2012**. Autor: Eleuses Paiva. Brasília. 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=564022>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 115, de 03 de fevereiro de 2015**. Autor: Juscelino Resende Filho. Brasília. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=945504>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 807.849. Relator: Min. Nancy Andrighi. Julgamento em 24 mar. 2010. **Diário Judicial Eletrônico**. Distrito Federal, 06 ago. 2010. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 363.889. Relator: Min. Dias Toffoli. Julgamento em 02 jun. 2011. **Diário Judicial Eletrônico**. Distrito Federal, 16 dez. 2011. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur202975/false>. Acesso em: 21 jul. 2021.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil: família, sucessões**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

SILVA, R. B. T. A reprodução assistida e o anonimato do doador. 2018. **Revista Jurídica da FA7**, v. 15, n. 2, p. 47-59. Disponível em: <https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/583>. Acesso em: 21 jul. 2021.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 14. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Os irmãos Karamazov**. Tradução Natália Nunes e Oscar Mendes. Abril Cultural, 1970. Fascículo nº 1. Disponível em: <https://portalconservador.com/livros/Fiodor-Dostoievski-Os-Irmaos-Karamazov.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

FARIAS, Cristiano Chaves de; BRAGA NETTO, Felipe; ROSENVALD, Nelson. **Manual de direito civil**. 4. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Ed. JusPodivm, 2019.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: Direito de família**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Curso de bioética e biodireito**. 4. ed. São Paulo: Almedina, 2020.

MATOS, Fernanda. Brasil é protagonista em tratamentos de reprodução assistida, aponta relatório da Anvisa. **Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida (SBRA)**. 2020. Disponível em: <https://sbra.com.br/noticias/brasil-e-protagonista-em-tratamentos-de-reproducao-assistida-aponta-relatorio-da-anvisa/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

MATOS, Fernanda. Brasil lidera ranking da América Latina em reproduções assistidas, aponta levantamento. **Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida (SBRA)**. 2019. Disponível em: <https://sbra.com.br/noticias/brasil-lidera-ranking-da-america-latina-em-reproducao-assistida-aponta-levantamento/>. Acesso em: 4 jul. 2021.

MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (orgs.) **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MORAES, Carlos Alexandre. **Responsabilidade civil dos pais na reprodução humana assistida**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no Feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (orgs.) **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

NADER, Paulo. **Filosofia do direito**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

NOVIS, Yana. Transplante de medula óssea entre pessoas parcialmente compatíveis amplia tratamento contra leucemias e linfomas. **Hospital Sírio Libanês**. 2015. Disponível em: <https://www.hospitalsiriolibanes.org.br/sua-saude/Paginas/haploidenticos.aspx>. Acesso em: 11 maio 2021.

OLIVEIRA, Silvio Augusto Pellegrini de. **Direito à historicidade**: o conhecimento da identidade genética como um direito fundamental protegido pelo princípio da dignidade da pessoa humana na bioconstituição. Dissertação (Mestrado em direito) Universidade Autônoma de Lisboa. Lisboa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4603/1/Dissertac%CC%A7a%CC%83o%20de%20Mestrado%20%28Silvio%20Augusto%20Pellegrini%20de%20Oliveira%20-%20Corrigida%29.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

PASSOS, Letícia. Fertilização in vitro cresceu 168% nos últimos 7 anos. **VEJA**. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/fertilizacao-in-vitro-cresceu-168-nos-ultimos-7-anos/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

RODRIGUES, M. T.; LOPES, D. F. G. (2016). Diagnóstico genético de pré-implantação: reflexão à luz da discriminação genética. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça**, v. 10, n. 35, p. 127-147. Disponível em: <http://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/97>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SANDEL, Michael J. **Justiça**: O que é fazer a coisa certa. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SILVA, Carlos Henrique Mascarenhas; SABINO, Sandro Magnavita; CRUZEIRO, Ines Katerina Damasceno Cavallo. **Manual SOGIMIG de reprodução assistida**. 1. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2018.

SILVEIRA, Evanildo da. **Por que a qualidade do sêmen está caindo no mundo e como isso ameaça a reprodução humana**. BBC News Brasil. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43831841>. Acesso em: 4 maio 2021.

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; THIESEN, Adriane Berlesi. O direito de saber a nossa história: identidade genética e dignidade humana na concepção da bioconstituição. **Direitos Fundamentais e Democracia**. v. 7, p. 33-65, 2010. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/2479>. Acesso em: 03 nov. 2021.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: direito de família. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

TEIXEIRA, Izabel Mello; SILVA, Edson Pereira. História da eugenia e ensino de genética. **História da Ciência e Ensino**: construindo interfaces, v. 15, p. 63-80, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/hcensino/article/view/28063>. Acesso em: 22 jul. 2021.

Artigo recebido em: 28/08/2021

Artigo aceito em: 12/11/2021

Artigo publicado em: 11/04/2022